



BEM PROMOTORA DE VENDAS E SERVIÇOS S.A. CNPJ 10.397.031/0001-81 – NIRE 43300054985

Rua Siqueira Campos, 1163 - 5º e 8º andar - Porto Alegre/RS

»»» Continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Em milhares de Reais)

10.2. Estimativa de realização do ativo fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social

	Controladora e Consolidado	
	2022	2021
Exercício de 2022	-	4.683
Exercício de 2023	5.234	2.075
Exercício de 2024	2.487	2.263
Exercício de 2025	4.209	1.599
Exercício de 2026	2.354	188
Exercício de 2027	339	-
Total	14.623	10.808

O ativo fiscal diferido sobre diferenças temporárias será realizado de acordo com a efetivação da despesa provisionada, momento em que a despesa será considerada dedutível para o cálculo do imposto de renda e o ativo fiscal diferido será baixado contra o resultado do período, ou com a reversão das provisões constituídas e não realizadas, tais como as provisões para perdas de crédito esperadas e provisões para passivos contingentes.

10.3. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

	Controladora	
	2022	2021
Resultado antes da tributação	44.589	44.140
Alíquota fiscal	34%	34%
Despesas de tributos à alíquota nominal	(15.160)	(15.008)
Tributos sobre adições e exclusões permanentes:		
Despesas indedutíveis permanentes	(1.962)	(1.027)
Despesas indedutíveis de IR, dedutíveis de CSLL	(341)	(390)
Resultado de participações societárias	54	297
Incentivo da Lei do Bem	2.803	1.470
Incentivo da Lei do Bem - Ajuste retroativo ref. 2021	(107)	-
Incentivos fiscais (PAT)	328	218
Patrocínios e doações	333	368
Imposto de renda calculado sobre a parcela isenta do adicional de 10%	24	24
Total do IR e CSLL no resultado	(14.028)	(14.048)
Corrente	(17.842)	(11.622)
Diferido	3.814	(2.426)

	Controladora	
	2022	2021
Receita Bruta	655	1.676
Base de cálculo presumida - 32%	210	536
Demais receitas	164	68
Base de cálculo de IR e CSLL	374	604
Contribuição social - 9%	(34)	(54)
Imposto de renda - 15%	(56)	(91)
Adicional de imposto de renda - 10%	(13)	(36)
Total do IR e da CSLL no resultado	(103)	(181)
Corrente	(103)	(181)
Diferido	3.814	(2.426)

	Controladora	
	2022	2021
Total do IR e CSLL no resultado	(14.131)	(14.229)
Corrente	(17.945)	(11.803)
Diferido	3.814	(2.426)

	Controladora	
	2022	2021
Total do IR e CSLL no resultado	(14.131)	(14.229)
Corrente	(17.945)	(11.803)
Diferido	3.814	(2.426)

11. Provisão para contingências

Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais: As provisões foram constituídas tendo como base a opinião de assessores legais, por meio da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e ao desfecho de causa. A Companhia provisiona o valor das ações cuja avaliação é classificada como provável e a Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais. As movimentações das provisões estão apresentadas a seguir:

Consolidado 2022	Trabalhistas				Tributárias	Total
	Trabalhistas	Processo Arbitral	Cíveis			
Saldo em 01 de janeiro de 2022	5.424	10.249	89	-	-	15.762
Constituição e atualização monetária	2.462	2.407	22	1.413	-	6.304
Reversão da provisão	(788)	(1.235)	(13)	-	-	(2.036)
Baixas por pagamento	(2.344)	(2.705)	-	-	-	(5.049)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	4.754	8.716	98	1.413	-	14.981
Depósitos em garantia em 31 de dezembro de 2022 - Risco Provável	4.485	-	-	-	-	-
Depósitos em garantia em 31 de dezembro de 2022 - Risco Possível e Remoto	606	-	-	-	-	-

Consolidado 2021	Trabalhistas				Tributárias	Total
	Trabalhistas	Processo Arbitral	Cíveis			
Saldo em 01 de janeiro de 2021	7.836	12.394	182	-	-	20.412
Constituição e atualização monetária	3.076	4.193	26	-	-	7.295
Reversão da provisão	(2.556)	(4.801)	(119)	-	-	(7.476)
Baixas por pagamento	(2.932)	(1.537)	-	-	-	(4.469)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	5.424	10.249	89	-	-	15.762
Depósitos em garantia em 31 de dezembro de 2021 - Risco Provável	5.675	-	-	-	-	-
Depósitos em garantia em 31 de dezembro de 2021 - Risco Possível e Remoto	651	-	-	-	-	-

(a) **Cíveis:** referem-se a processos decorrentes de ações declaratórias de nulidade contratual e, em alguns casos, cumulada com indenização por danos morais e repetição do indébito com pedido de antecipação de tutela. Com base na opinião dos assessores jurídicos, os quais avaliaram a possibilidade de perda desses processos como provável, a Administração constituiu provisão para fazer face às perdas estimadas nesses processos no montante de R\$ 98 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 89 em 2021). Existem ainda contingências cíveis com possibilidade de perdas avaliadas como possíveis, no montante de R\$ 2.536 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 1.750 em 2021), para as quais de acordo com as práticas contábeis não foram registradas provisões para contingências. (b) **Trabalhistas:** referem-se a processos movidos por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem ser devidos no montante de R\$ 13.470 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 15.672 em 2021). Para fazer frente a tais processos a Companhia realizou depósitos judiciais que, em 31 de dezembro de 2022, somam R\$ 4.485 (R\$ 5.675 em 2021). Com base na opinião dos assessores jurídicos, os quais avaliaram a possibilidade de perda nesses processos como prováveis, a Administração constituiu provisão para perda destes, conforme apresentada no Balanço Patrimonial. Deste montante, a Companhia registrou um contas a receber de R\$ 8.716 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 10.249 em 2021), na rubrica de "Valores a receber decorrentes de processo arbitral" (Nota Explicativa nº 6 b), tendo como base a sentença proferida no processo arbitral (Nota Explicativa nº 11 d). Existem ainda contingências trabalhistas com possibilidade de perdas avaliadas como possíveis, no montante de R\$ 14.267 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 18.163 em 2021). Esse montante está pulverizado em reclamantes solicitando a equiparação de condição de bancário e benefícios oriundos desse vínculo. A Administração não constituiu provisão para perda destes processos. Destacamos que as premissas utilizadas para segregar curto e longo prazo, tanto dos processos trabalhistas, quanto dos depósitos judiciais foram as seguintes: • Curto prazo: foram considerados processos em fase de liquidação, execução ou execução provisória; • Longo prazo: foram considerados processos em fase recursal, que aguardam julgamento na 2ª instância ou em Tribunais Superiores. (c) **Fiscais:** a Companhia entrou com recursos administrativos junto à Prefeitura do Rio de Janeiro, referentes aos Autos de Infração expedidos em 2016, contestando o prazo de recolhimento do ISS das lojas localizadas no Município no período de 2011 até 2016. Em dezembro de 2022, os assessores jurídicos da Companhia classificaram o risco de perda do recurso como provável. A provisão constituída para fazer frente a esta perda foi de R\$ 836 em 31 de dezembro de 2022. A Companhia constituiu provisão para não realização de incentivos fiscais, em 31 de dezembro de 2022, até que ocorra a homologação por parte do MCTI (Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação), referente aos projetos elegíveis em 2022, para o aproveitamento do benefício da Lei do Bem (Lei nº 11.196/05), no montante de R\$ 577. Adicionalmente, a Companhia é parte em ação judicial de natureza fiscal movida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil através de Auto de Infração, que constituiu um crédito tributário de imposto de Renda, Contribuição Social, PIS e COFINS referente ao exercício de 2009, no montante de R\$ 8.355 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 8.355 em 2021), já considerando a multa de ofício de 75%. Entretanto, a Administração não constituiu provisão para perda desta ação judicial tendo em vista a classificação de risco definida pelos assessores jurídicos, os quais avaliaram a possibilidade de perda desse processo como possível, bem como a sentença do processo arbitral (Nota Explicativa nº 11 d). (d) **Procedimento arbitral:** Em 05 de agosto de 2019 foi proferida sentença do procedimento arbitral movido em maio de 2017 pela Companhia, tendo como contraparte o Banco Original S.A., com fundamento no Contrato de Compra e Venda das Ações da Companhia firmado em 13 de março de 2012. O procedimento arbitral tinha por objetivo, entre outros que foram julgados improcedentes pela Câmara Arbitral, a interpretação da cláusula de responsabilidade do Banco Original S.A. frente aos prejuízos oriundos de ações trabalhistas, cuja origem das ações tenham como fundamento fatos ocorridos em data anterior a 13 de março de 2012, data da compra e venda das ações da Companhia para os atuais Acionistas (Nota Explicativa nº 11 b), e medidas acatelaatórias em decorrência de cobrança pela Secretaria da Receita Federal de créditos tributários relativos ao período anterior a celebração do contrato de compra e venda (Nota Explicativa nº 11 c). Referente as medidas acatelaatórias relativas ao crédito tributário, a Companhia obteve sentença procedente no procedimento arbitral. Para fazer frente ao risco tributário, o Banco Original S.A. forneceu Carta Fiança, à Justiça Federal do Distrito Federal no processo 1014299-86.2017.4.01.3400 no montante de R\$ 8.151 (R\$ 8.151 em 2021). Para suportar os riscos trabalhistas, o Banco Original S.A. apresentou como garantia títulos públicos que em 31 de dezembro de 2022 somavam R\$ 11.102 (R\$ 11.102 em 2021).

12. Patrimônio líquido

12.1. Capital social e composição acionária: O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 26.097, e está representado por 2.246.119 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Acionistas	2022 e 2021	
	Quantidade de ações	Participação
AMCM Participações Ltda.	792.215	35,2704%
RSR Participações Societárias Ltda.	333.091	14,8296%
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	1.120.813	49,900%
Total	2.246.119	100,0%

12.2. Reservas: (a) Reserva legal: A Lei nº 6.404/76 e o Estatuto Social da Companhia preveem que, do lucro líquido do período, deverá ser destinado o montante de 5% para a conta de reserva legal, limitando o saldo desta conta a 20% do capital social. Do resultado do exercício de 2022, foi constituída a reserva legal no montante de R\$ 125, considerando com este valor o saldo da reserva legal atinge 20% do capital social. (b) **Reserva para investimentos:** Por deliberação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 10 de março de 2021, foi destinado para reservas de lucros para investimentos o montante de R\$ 6.210 referente ao saldo remanescente do exercício de 2020. Em 12 de novembro de 2021, por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a distribuição de dividendos à conta das reservas de lucros para investimentos no montante de R\$ 10.000. Por deliberação da Assembleia Geral Ordinária de 10 de março de 2022, foi destinado para reservas de lucros para investimentos no montante de R\$ 6.168 referente ao saldo remanescente do exercício de 2021. (c) **Destinação do resultado e lucros acumulados:** Do resultado do exercício de 2021, não foram provisionados dividendos a pagar, pois o valor distribuído a título de dividendos intermediários em 19 de agosto de 2021 no montante de R\$ 16.252, conforme decisão da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 18 de agosto de 2021, foi superior ao percentual de 25% relativos aos dividendos mínimos obrigatórios previstos no Estatuto Social. Por deliberação da Assembleia Geral Ordinária de 10 de março de 2022, foi destinado para reservas de lucros para investimentos o montante de R\$ 6.168 e para distribuição de dividendos o montante de R\$ 6.168, referente ao saldo remanescente do resultado apurado no exercício de 2021. Do resultado do exercício de 2022, não foram provisionados dividendos a pagar, pois o valor distribuído a título de dividendos intermediários em 08 de setembro de 2022 no montante de R\$ 8.590, conforme decisão da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 05 de setembro de 2022, foi superior ao percentual de 25% relativos aos dividendos mínimos obrigatórios previstos no Estatuto Social. O resultado remanescente do exercício de 2022 no valor de R\$ 21.846 permanece disponível para deliberação da Assembleia Geral Ordinária. **12.3. Dividendos:** O Estatuto Social da Companhia prevê que as ações do capital social é assegurada a distribuição de dividendos mínimos, anualmente, de 25% do lucro ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, permitindo a imputação a eles dos juros pagos ou creditados a título de remuneração do capital próprio. Cada ação dará direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. No ano de 2022 a Companhia distribuiu aos acionistas a título de dividendos o montante de R\$ 14.758 (R\$ 38.337 em 2021), conforme abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	2022	2021
Destinação do resultado do exercício anterior	6.168	12.085
Dividendos intermediários semestrais	8.590	16.252
Dividendos à conta das reservas de lucros	-	10.000
Total	14.758	38.337

15. Transações com partes relacionadas

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Companhia mantém seu foco na prestação de serviços voltados à intermediação, cobrança e gestão de carteira de empréstimos consignativos, o que, em 31 de dezembro de 2022, corresponde a 100% das receitas da Companhia (99,6% da receita consolidada). Atualmente, esses serviços são prestados exclusivamente ao parceiro comercial e Acionista Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("Banrisul"). Os principais saldos de ativos e passivos, bem como valores registrados no resultado do exercício originados nas operações com partes relacionadas, decorrem dessas operações que são realizadas conforme condições contratuais definidas entre as partes. Essas condições, em determinadas operações, podem não ser comparáveis caso realizadas com terceiros. Os saldos e os resultados decorrentes de transações com partes relacionadas estão divulgados de acordo com as normas estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, e estão sumarizadas a seguir:

15.1. Saldos e transações com empresas ligadas

Controladora	Ativos e Passivos					Resultado				
	Caixa e equivalentes de caixa	Aplicações financeiras	Comissões e serviços a receber	Dividendos a receber (pagar)	Outras contas a receber (pagar)	Receitas/despesas financeiras	Receitas de prestação de serviços	Prejuízo com indeniz. contratuais	Ressarcimento de despesas	Benefícios de curto prazo
2022										
Pessoas jurídicas										
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	477	17.733	8	-	(12.804)	1.572	176.744	(9.256)	(138)	-
Bem Corretora de Seguros S.A.	-	-	-	38	46	-	-	-	145	-
Pessoas físicas										
Pessoal-chave da administração	477	17.733	8	38	(12.758)	1.572	176.744	(9.256)	7	(6.393)
Total	954	35.466	16	76	(25.562)	3.144	354.488	(18.512)	152	(6.393)
2021										
Pessoas jurídicas										
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	811	21.008	119	-	(12.125)	1.517	154.837	(6.586)	(133)	-
Bem Corretora de Seguros S.A.	-	-	-	219	14	-	-	-	258	-
Pessoas físicas										
Pessoal-chave da administração	811	21.008	119	219	(12.111)	1.517	154.837	(6.586)	125	(5.861)
Total	1.622	42.016	238	219	(24.236)	3.034	309.674	(13.172)	383	(5.861)

Consolidado	Ativos e Passivos					Resultado				
	Caixa e equivalentes de caixa	Aplicações financeiras	Comissões e serviços a receber	Outras contas a receber (pagar)	Receita/despesa financeiras	Receitas de prestação de serviços	Prejuízo com indeniz. contratuais	Ressarcimento de despesas	Benefícios de curto prazo	
2022										
Pessoas jurídicas										
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	540	18.881	8	(12.804)	1.735	176.744	(9.256)	(138)	-	
Pessoas físicas										
Pessoal-chave da administração	540	18.881	8	(12.804)	1.735	176.744	(9.256)	(138)	(6.428)	
Total	1.080	37.762	16	(25.608)	3.470	353.488	(18.512)	(276)	(6.428)	
2021										
Pessoas jurídicas										
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	897	22.787	42	(12.125)	1.584	154.837	(6.586)	(133)	-	
Pessoas físicas										
Pessoal-chave da administração	897	22.787	42	(12.125)	1.584	154.837	(6.586)	(133)	(5.892)	
Total	1.794	45.574	84	(24.250)	3.168	309.674	(13.172)	(266)	(5.892)	

15.2. Provisão para indenizações contratuais: O contrato particular de Prestação de Serviços de Correspondente - Master firmado com o Banrisul, prevê a responsabilidade da Companhia indenizar o Banco pelo não recebimento de operações de crédito, originadas com base em documentação falsificada e/ou apresentem irregularidades na averbação dos contratos. A provisão constituída para este fim, em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 12.793 (R\$ 10.014 em 2021).

	Saldo no início do período	(+) Adições/Reversões	(-) Pagamentos	Saldo no final do período
Ano 2022	10.014	12.848	(10.069)	12.793
Ano 2021	4.811	19.155	(13.952)	10.014

Em 26 de junho de 2020 a Companhia firmou juntamente ao Banrisul o Instrumento Particular de Acordo e Fluxo Operacional, com o objetivo de regularizar o saldo acumulado até 31 de dezembro de 2019 das indenizações contratuais que se mantinham em discussão sobre a responsabilidade das partes. O acordo firmado refletiu na reversão da provisão para indenizações contratuais, constituindo um passivo com partes relacionadas, cujo saldo foi liquidado em agosto de 2022 (R\$ 2.022 em 2021).

15.3. Remuneração do pessoal-chave da Administração:

Anualmente, em Assembleia Geral, é fixado o montante global anual da remuneração dos Administradores conforme determina o Estatuto Social da Companhia. Em 2022 e 2021, foram pagos os seguintes valores:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Membros da Administração - remuneração	5.124	4.698	5.153	4.724
Conselho Fiscal - remuneração	252	228	252	228
Contribuição Previdenciária	1.017	935	1.023	940
Total	6.393	5.861	6.428	5.892

16.2. Risco de liquidez: A seguir estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados. Na estimativa de 12 (doze) meses, não espera-se que a Companhia não tenha recursos para fazer as liquidações.

Controladora - 2022	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual (*)			
---------------------	----------------	-------------------------------	--	--	--